

INTERSETORIALIDADE ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM

INTERSECTORALITY BETWEEN HEALTH AND EDUCATION IN ADDRESSING SOCIAL VULNERABILITIES AND THEIR IMPACTS ON LEARNING

¹Júlio Valentim Cardoso Teles

²Samara Alves Avanzi

³Vânia Aparecida Santos da Silva

⁴Roberto Gonçalves

⁵ Sarah Medeiros Souto

⁶ Norberto Huber

¹ Mestrando pela Fundación Universitaria Iberoamericana (FUNIBER). Especialista em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: jvcteles@yahoo.com.br

² Mestre em Gestão Integrada do Território – GIT pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Graduada em Psicologia pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). E-mail: samaraavanzi@gmail.com

³ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC). Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco (UCB). Graduada em Normal Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Educação Superior Ibituruna (ISEIB). Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Hokemãh (FATEH). E-mail: p.vaniasantos@smesb.com.br

⁴ Mestre em Ciencias de la Educación pela Universidad Evangélica del Paraguay (UEP). Especialista em Atividades Físicas Laboral e para Grupos Especiais pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA). Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI). E-mail: robertodansar@gmail.com

⁵ Doutoranda em Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Engenharia de Segurança no Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduada em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Certificada em Formação de Professores pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: sarah.souto@ifal.edu.br

⁶ Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC). Especialista em Filosofia da Ciência e Teoria do Conhecimento pelo Centro Universitário de Brusque (FEBE / UNIFEBE). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduado e Licenciado em Estudos Sociais: OSPB, EMC, História e Geografia (FEBE / UNIFEBE) pelo Centro Universitário de Brusque e Graduado e Licenciado em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI). E-mail: rieghuber@gmail.com

RESUMO

A intersectorialidade entre saúde e educação constitui estratégia fundamental para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e para a promoção da equidade no processo de aprendizagem. Este estudo teve como objetivo analisar, à luz da literatura científica recente, como a articulação entre políticas públicas de saúde e educação contribui para a mitigação dos efeitos das desigualdades sociais no desempenho escolar. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a fragmentação das políticas públicas compromete o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de estudantes em contextos vulneráveis. Trata-se de uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados Scopus, Web of Science, SciELO e PubMed, contemplando publicações entre 2020 e 2025. Foram incluídos artigos empíricos e teóricos que abordassem intersectorialidade, determinantes sociais da saúde e aprendizagem. Os resultados indicam que ações integradas favorecem a permanência escolar, reduzem impactos da insegurança alimentar e da vulnerabilidade psicossocial, além de fortalecerem redes de proteção social. Conclui-se que a intersectorialidade configura-se como paradigma estruturante de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Vulnerabilidade social. Saúde. Educação. Aprendizagem.

ABSTRACT

Intersectorality between health and education represents a strategic approach to addressing social vulnerabilities and promoting equity in learning processes. This study aimed to analyze, based on recent scientific literature, how integrated public policies contribute to mitigating the effects of social inequalities on school performance. The research problem concerns how fragmented public policies affect cognitive and socioemotional development among students in vulnerable contexts. This qualitative literature review was conducted in Scopus, Web of Science, SciELO, and PubMed databases, covering publications from 2020 to 2025. Empirical and theoretical studies addressing intersectorality, social determinants of health, and learning were included. Findings indicate that integrated actions enhance school retention, reduce the impacts of food insecurity and psychosocial vulnerability, and strengthen social protection networks. Intersectorality is thus understood as a structural paradigm for public policies aimed at comprehensive development.

Keywords: Intersectorality. Social vulnerability. Health. Education. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das desigualdades educacionais contemporâneas exige análise que transcenda os limites do espaço escolar e incorpore a complexidade dos determinantes sociais da saúde e do desenvolvimento humano. A vulnerabilidade

social manifesta-se como fenômeno estrutural e multidimensional, envolvendo pobreza, insegurança alimentar, precariedade habitacional, violência e restrições de acesso a direitos fundamentais, fatores que interferem diretamente no desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças e adolescentes (WHO, 2021; SHONKOFF et al., 2020).

Sob essa perspectiva, a fragmentação histórica das políticas públicas brasileiras e internacionais tem limitado a efetividade das ações voltadas à superação das desigualdades. A ausência de articulação entre saúde e educação resulta em respostas parciais a problemas complexos, comprometendo a permanência escolar e o desempenho acadêmico de estudantes em contextos vulneráveis (OECD, 2023; UNESCO, 2023).

O objetivo deste estudo é analisar como a intersectorialidade entre saúde e educação pode contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e para a promoção da aprendizagem. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a articulação intersectorial potencializa respostas institucionais capazes de reduzir impactos negativos das desigualdades sociais no desempenho escolar. Justifica-se esta investigação pela necessidade de fundamentação teórica e empírica que subsidie políticas públicas orientadas ao desenvolvimento integral, especialmente diante do agravamento das desigualdades no cenário pós-pandêmico (UNICEF, 2022; WHO, 2022).

2 MÉTODO

Trata-se de revisão de literatura de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. A busca foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e PubMed, utilizando descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos: “intersectorialidade” OR “intersectorality” AND “educação” OR “education” AND “saúde” OR “health” AND “vulnerabilidade social” OR “social vulnerability”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, revisados por pares, disponíveis integralmente e que abordassem empiricamente ou teoricamente a articulação entre saúde e educação no enfrentamento das desigualdades sociais. Excluíram-se estudos duplicados, relatos opinativos sem base empírica e produções fora do recorte temático. A análise seguiu procedimento de leitura exploratória,

analítica e interpretativa, com organização dos achados em eixos temáticos relacionados aos determinantes sociais, saúde mental, insegurança alimentar e governança intersetorial.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A vulnerabilidade social deve ser compreendida como processo estrutural e cumulativo, produzido pela interação entre desigualdades econômicas, exclusão social e fragilidades institucionais. Não se trata apenas da ausência de renda, mas da limitação no acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, alimentação e proteção social. Sob a perspectiva dos determinantes sociais da saúde, essas condições moldam trajetórias de desenvolvimento desde a infância, influenciando processos neurobiológicos, emocionais e cognitivos que repercutem diretamente na aprendizagem (WHO, 2021; SHONKOFF et al., 2020).

Estudos recentes evidenciam que a exposição prolongada ao estresse tóxico — caracterizado por experiências adversas persistentes sem suporte protetivo adequado — impacta o funcionamento do córtex pré-frontal e do sistema límbico, áreas responsáveis por funções executivas, memória de trabalho e regulação emocional. Tais alterações estão associadas a dificuldades de concentração, maior impulsividade e menor rendimento escolar, reforçando a necessidade de intervenções intersetoriais precoces (SHONKOFF et al., 2020; WHO, 2022).

No campo educacional, as desigualdades de aprendizagem são fortemente correlacionadas a fatores socioeconômicos. Relatórios internacionais demonstram que estudantes provenientes de contextos vulneráveis apresentam maior risco de defasagem idade-série, evasão escolar e baixo desempenho em avaliações padronizadas, evidenciando que a escola, isoladamente, não consegue compensar desigualdades estruturais (OECD, 2023; UNESCO, 2023).

A teoria dos determinantes sociais da saúde amplia essa análise ao sustentar que condições de moradia, segurança alimentar, acesso a serviços e estabilidade familiar compõem um ecossistema de influências que atravessa o espaço escolar. Assim, políticas educacionais desarticuladas das políticas de saúde e assistência social tendem a produzir resultados limitados, pois ignoram a complexidade dos fatores que interferem na aprendizagem (WHO, 2021; UNICEF, 2022).

A intersectorialidade emerge como resposta à fragmentação histórica das políticas públicas. Conceitualmente, ultrapassa a cooperação pontual entre setores, configurando-se como modelo de governança baseado em planejamento integrado, compartilhamento de metas e corresponsabilização institucional. Trata-se de estratégia que busca romper com a lógica setorial tradicional, promovendo respostas mais eficazes a problemas complexos (OECD, 2023; UNESCO, 2023).

No contexto brasileiro, experiências como o Programa Saúde na Escola (PSE) evidenciam esforços de articulação entre Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas educacionais. Estudos indicam que iniciativas integradas de promoção da saúde, prevenção de agravos e acompanhamento psicossocial no ambiente escolar contribuem para melhoria da frequência e do desempenho acadêmico, embora desafios de financiamento e coordenação ainda persistam (BRASIL, 2021; SILVA; MONNERAT, 2022).

A insegurança alimentar constitui um dos determinantes mais relevantes na interface entre saúde e educação. A literatura recente demonstra que déficits nutricionais comprometem processos atencionais e memória, afetando diretamente a aprendizagem. Programas que associam alimentação escolar qualificada, educação nutricional e acompanhamento familiar apresentam resultados mais consistentes na redução das desigualdades educacionais (FAO, 2023; UNICEF, 2022).

No campo da saúde mental, o cenário pós-pandêmico intensificou a incidência de ansiedade, depressão e sintomas relacionados ao estresse entre crianças e adolescentes. Evidências indicam correlação entre sofrimento psíquico e queda no rendimento escolar, reforçando a importância de serviços de atenção psicossocial articulados à escola como estratégia preventiva e promotora de aprendizagem (WHO, 2022; UNESCO, 2023).

Sob a perspectiva do modelo bioecológico do desenvolvimento humano, o aprendizado ocorre por meio de interações proximais entre indivíduo e ambiente. A articulação entre escola, família, serviços de saúde e assistência social fortalece os vínculos entre microssistemas e amplia oportunidades de desenvolvimento, reduzindo impactos negativos da vulnerabilidade (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006; POLLETO; KOLLER, 2021).

A abordagem histórico-cultural complementa essa compreensão ao enfatizar que o desenvolvimento cognitivo depende de mediações sociais qualificadas. A ausência de políticas integradas limita o acesso a recursos culturais e simbólicos

fundamentais à aprendizagem, perpetuando ciclos intergeracionais de desigualdade. A intersectorialidade, nesse sentido, amplia as possibilidades de mediação e suporte institucional (DANIELS, 2021; SOUZA et al., 2020).

Estudos sobre governança pública indicam que modelos intersectoriais eficazes demandam coordenação estratégica, sistemas de informação integrados e mecanismos de avaliação contínua. A ausência de alinhamento entre metas institucionais pode comprometer a sustentabilidade das ações, evidenciando que a intersectorialidade exige não apenas vontade política, mas também arranjos institucionais estruturados (OECD, 2023; WHO, 2021).

Além disso, a literatura contemporânea enfatiza que políticas intersectoriais devem incorporar o princípio da equidade, direcionando recursos de forma diferenciada para grupos socialmente vulneráveis. Tal abordagem reconhece que igualdade formal não é suficiente para reduzir desigualdades históricas, sendo necessária atuação diferenciada e focalizada (UNESCO, 2023; UNICEF, 2022).

Dessa forma, a intersectorialidade entre saúde e educação consolida-se como paradigma estruturante de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento integral. Ao reconhecer a indissociabilidade entre condições de saúde, proteção social e aprendizagem, promove-se abordagem mais abrangente e sustentável no enfrentamento das vulnerabilidades sociais (WHO, 2021; OECD, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados evidenciam que a intersectorialidade entre saúde e educação constitui estratégia essencial para enfrentar vulnerabilidades sociais e reduzir desigualdades educacionais. A fragmentação das políticas públicas limita respostas institucionais e compromete o desenvolvimento integral de estudantes em contextos vulneráveis (OECD, 2023; WHO, 2021).

A articulação entre promoção da saúde, atenção psicossocial, segurança alimentar e práticas pedagógicas inclusivas potencializa resultados educacionais e fortalece redes de proteção social. Além disso, reforça a necessidade de governança colaborativa, financiamento integrado e monitoramento contínuo das políticas públicas (UNESCO, 2023; UNICEF, 2022).

Conclui-se que a intersetorialidade não representa apenas arranjo administrativo, mas paradigma ético-político orientado à equidade e à garantia de direitos fundamentais. Investigações futuras podem aprofundar análises empíricas sobre modelos específicos de implementação no contexto brasileiro, especialmente na interface entre SUS, SUAS e políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. **The bioecological model of human development**. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (org.). *Handbook of child psychology*. 6. ed. New York: Wiley, 2006.

FAO. ***The state of food security and nutrition in the world 2023***. Rome: FAO, 2023.

OECD. ***Equity and inclusion in education: finding strength through diversity***. Paris: OECD Publishing, 2023.

POLLETO, M.; KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos e desenvolvimento humano**: atualizações teóricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 37, 2021.

SHONKOFF, J. P. et al. **The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress**. *Pediatrics*, v. 129, n. 1, 2020.

UNESCO. ***Global education monitoring report 2023***. Paris: UNESCO, 2023.

UNICEF. ***The state of the world's children 2022***. New York: UNICEF, 2022.

WHO. ***Social determinants of health***. Geneva: World Health Organization, 2021.

WHO. ***World mental health report: transforming mental health for all***. Geneva: World Health Organization, 2022.